

---

**A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO ENSINO MÉDIO E  
A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:  
NEGAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

**Introdução**

Em pesquisas que temos realizado, desde 2009, no âmbito interno da Área de Língua Espanhola e suas Literaturas do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos chama a atenção o modo como os alunos ingressantes da Licenciatura em Letras – Português/Espanhol se referem a suas experiências anteriores de aprendizagem de línguas estrangeiras. Estas pesquisas têm como objetivo primário traçar o perfil dos alunos ingressantes na referida Licenciatura. Os resultados obtidos têm servido tanto de base para o planejamento das disciplinas da área oferecidas nos anos iniciais do curso como também para o desenvolvimento de reflexões teórico-acadêmicas como a que apresentamos em Rodrigues & Yokota (2012).

Este trabalho é mais um fruto dessas reflexões. Nele, pretendemos analisar as relações entre certas discursividades sobre o ensino/aprendizagem de língua estrangeira no Ensino Médio e sobre o processo de internacionalização do Ensino Superior empreendido recentemente pelo governo brasileiro.

Os enunciados produzidos por estudantes ingressantes da Licenciatura em Letras Espanhol/Português da UFSCar do ano de 2013 em resposta a uma das perguntas do questionário aplicado – “Você já estudou outra(s) língua(s) estrangeira(s)? Qual(is)?” – serão colocados em relação com dois outros: o de uma docente de língua inglesa de curso de Letras que desempenha a função de Secretária de Relações Internacionais em uma instituição federal de ensino superior e o do atual Ministro da Educação, Aloízio Mercadante.

Os enunciados que emergem dessas três discursividades apontam algumas contradições que indicam a cristalização de determinados sentidos e processos

que influem diretamente tanto sobre a prática do professor de espanhol – considerando o atual estágio de implantação da oferta dessa língua estrangeira no Ensino Médio brasileiro – quanto sobre a formação desse professor nos cursos de Letras.

### **Cena 1: o que dizem os universitários ingressantes**

Antes de apresentar as respostas às questões que iremos analisar, é importante esclarecer alguns aspectos do perfil dos sujeitos desta pesquisa.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está situada na região central do interior do Estado de São Paulo, a 240 quilômetros da capital.

A Licenciatura em Letras na UFSCar pode ser em Espanhol/Português ou Inglês/Português e cada habilitação recebe 20 alunos ingressantes anualmente. Em 2013, dos 23 matriculados e frequentadores do 1º ano do curso, 19 responderam ao questionário analisado neste trabalho, sendo que 18 eram ingressantes do ano 2013 e 1 de 2011.

Todos os sujeitos da pesquisa são oriundos do interior paulista e suas idades variam entre 17 e 44 anos (11 têm entre 17 e 21 anos; 5, entre 22 e 30 anos; 2, entre 31 e 40 anos; e 1 tem 44 anos).

Dos 19 sujeitos que responderam ao questionário, 16 completaram o Ensino Médio em escolas públicas (aproximadamente 84%) e apenas 3 em escolas privadas (quase 16%).

Entre as perguntas incluídas no questionário, há um bloco que pretende nos ajudar a compreender a relação dos alunos ingressantes com a aprendizagem de línguas estrangeiras em estudos anteriores ao universitário:

**8)** Você estudou outra(s) língua(s) estrangeira(s) [antes de começar o curso de Letras na UFSCar?] Qual(is)?

**9)** Durante quanto tempo?<sup>1</sup>

Por meio de uma análise conjunta das respostas a estas duas questões, pudemos verificar que 13 alunos (aproximadamente 68,5%) *desconsideraram* as aulas de língua estrangeira que receberam na escola regular. O quadro abaixo

---

<sup>1</sup> O questionário completo respondido pelos sujeitos desta pesquisa encontra-se no Anexo.

apresenta a transcrição das respostas dos 19 sujeitos às perguntas 8 e 9 do questionário respondido. Deixamos marcadas em itálico as 13 respostas às que nos referimos (sujeitos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17 e 18):

	8) Você estudou outra(s) língua(s) estrangeira(s) antes de começar o curso na UFSCar? Qual(is)?	9) Durante quanto tempo?
1	<i>Espanhol</i>	<i>3 anos</i>
2	<i>Não. “Inglês na escola”.</i>	<i>Acho que 3 anos, não lembro.</i>
3	<i>Sim, Inglês.</i>	<i>2 anos</i>
4	Inglês e espanhol apenas na escola	Inglês por 10 anos e espanhol por 2 anos
5	Sim. Inglês e italiano	Inglês – 8 anos; italiano – 6 meses
6	<i>Não</i>	
7	<i>Sim. Inglês</i>	<i>1 ano</i>
8	<i>Somente inglês</i>	<i>2 anos</i>
9	<i>Sim</i>	<i>Inglês</i>
10	Inglês	Ensino médio e curso básico
11	<i>Sim. Inglês.</i>	<i>6 meses</i>
12	<i>Não</i>	
13	Sim, inglês, espanhol, francês e alemão	Ingl = (escola), esp = (3 anos), fra = (1 ano), ale = (1 ano e meio)
14	<i>Não</i>	
15	Inglês	1 ano
16	<i>Sim. Inglês</i>	<i>Durante 5 anos (ainda estou estudando)</i>
17	<i>Sim. Inglês e latim.</i>	<i>Aproximadamente 2 anos</i>
18	<i>Inglês</i>	<i>Aproximadamente 6 anos</i>
19	Inglês	1 ano em escola de idioma e 11 anos na escola

Entre os quatro alunos que responderam diretamente “Não”, ou seja, que afirmaram não haver estudado nenhuma língua estrangeira antes de ingressar na universidade, um deles, o sujeito 2, complementou sua negativa com o seguinte enunciado, colocado escrito entre aspas no questionário: *“Inglês na escola”*. O sujeito 1 fez referência apenas ao estudo de *“Espanhol”*, sem considerar os anos de aprendizado da língua inglesa.

Houve oito sujeitos (2, 7, 8, 9, 11, 16, 17 e 18) que responderam com uma afirmativa ou com o nome da língua(s) estudada(s); porém, pelo tempo de estudo informado em resposta à questão 9, parece claro que não se referiram aos cursos de línguas oferecidos no ensino regular, mas sim àqueles realizados em escolas de idiomas ou aulas particulares.

Apenas seis sujeitos (31,5%) reconheceram o ensino de língua estrangeira da escola como válido para responder à pergunta, sendo que alguns produziram enunciados tentando determinar esse processo de aprendizagem usando sintagmas como “apenas na escola” (sujeito 4), “na escola” (sujeito 19), “escola” (sujeito 13) e “Ensino Médio” (sujeito 10); alguns deles, inclusive, explicitaram uma contradição: opuseram o “inglês na escola” ao inglês “em escola de idiomas” ou o “Ensino Médio” ao “curso básico”.

É importante lembrar que, no Estado de São Paulo, todo aluno de escola pública já teve aulas de inglês durante os níveis Fundamental II e Médio. Esta afirmação é possível porque a Resolução 76 de 2008 do governo do Estado determinou que a língua que deve ser ensinada com obrigatoriedade nas escolas da rede estadual de São Paulo é o inglês. Igualmente importante é dizer que essa especificação, porém, “contraria abertamente uma lei federal superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (FANJUL, 2010, p. 193), já que, segundo a LDBEN, a escolha da língua estrangeira que deve ser ensinada na escola deve estar a cargo da “comunidade escolar” (BRASIL, 1996).

Em outra pergunta do questionário, que aferia o estudo de espanhol antes do ingresso na universidade, entre os ingressantes provenientes de escolas públicas, sete declararam que nunca haviam estudado espanhol antes (37%) e nove afirmaram já terem estudado anteriormente (63%). Entre os que estudaram, apenas três o fizeram utilizando-se de opções oferecidas pelo sistema público de

educação estadual (15,8%), sendo que somente um cursou o idioma em sua escola regular durante o 1º ano do Ensino Médio (5%), enquanto que dois realizaram cursos em Centros de Ensino de Línguas – CEL)<sup>2</sup>; dois estudantes tiveram “aulas particulares”, dois estudaram em escolas privadas de idiomas e uma aluna afirmou ter estudado “sozinha”.

Dos três sujeitos oriundos de escolas privadas, apenas um estudou espanhol antes de seu ingresso na universidade, durante três anos na escola regular, entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 2º ano do Ensino Médio.

A partir dos enunciados expostos, podemos inferir que quando os sujeitos desta pesquisa afirmam que “não” estudaram língua estrangeira antes de seu ingresso na universidade, estão se referindo fundamentalmente à “língua estrangeira moderna” incluída como disciplina obrigatória na grade curricular das escolas de Ensino Básico. No caso do Estado de São Paulo, como já dissemos, essa língua é o inglês. No entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que o espanhol, que ainda está em processo de implantação na escolas da rede oficial de ensino, pode vir a ocupar esse mesmo espaço de “língua da escola” no imaginário de estudantes, professores e dirigentes políticos.

## **Cena 2: entrevista da Secretária de Relações Internacionais de uma IFES**

Em reportagem exibida em abril de 2013 por uma retransmissora da Rede Globo na região central do Estado de São Paulo, uma professora universitária da área de Letras, que atualmente ocupa a direção da Secretaria de Relações Internacionais de uma IFES, afirmou que:

Muitos universitários, **eles chegam na universidade sem a proficiência na língua estrangeira**, né? Por conta de diversos fatores, **por não terem feito inglês, fizeram só o inglês da escola**, né? E aí, pros editais do Ciência Sem Fronteiras, existe a **necessidade de ser proficiente** na língua inglesa. (Grifos nossos)

---

<sup>2</sup> Os CELs foram criados em 1987 pelo governo do Estado de São Paulo para “propiciar aos alunos de Ensino Fundamental e Médio, diferentes oportunidades de desenvolvimento de novas formas de expressão lingüística, enriquecimento do currículo escolar e acesso a outras culturas contemporâneas” (extraído de <http://cei.edunet.sp.gov.br/subpages/pedagogicos/educel.htm>, acesso em 10 de agosto de 2012). Segundo informações do governo estadual, há 226 CELs em funcionamento no Estado (extraído de <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/centros-de-estudos-de-linguas>, acesso em 10 de junho de 2013).

Neste fragmento, aparece na própria discursividade da professora a identificação do “inglês da escola” como “não terem feito inglês”<sup>3</sup>.

Como tem sido amplamente divulgado, o programa *Ciência Sem Fronteiras* é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que visa “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”. A meta desse programa é atingir 101 mil bolsas de estudos para a realização de intercâmbios internacionais por estudantes de graduação e pós-graduação de áreas consideradas “prioritárias” para o desenvolvimento pelo governo brasileiro, tais como engenharias, tecnologias da informação, biotecnologia, entre outras<sup>4</sup>.

O processo de seleção dos estudantes que participariam da primeira etapa do *Ciência Sem Fronteiras* – ocorrido no primeiro semestre de 2012 – foi responsável por despertar as autoridades do governo brasileiro para a questão do ensino de línguas estrangeiras na escola básica: um grande contingente de alunos considerados “aptos” para participar do intercâmbio, já que cumpriam com os requisitos de terem no mínimo 600 pontos no ENEM e bom desempenho acadêmico em suas áreas de concentração, não atingiram as notas mínimas necessárias nos exames de proficiência das línguas estrangeiras dos países cujas universidades pretendiam cursar.

Este fato foi o disparador de uma série de discussões e medidas que vêm sendo tomadas pelo MEC, algumas inclusive em caráter de urgência, para que o programa *Ciência Sem Fronteiras* possa cumprir seus objetivos e metas.

---

<sup>3</sup> A reportagem com as entrevistas referidas neste trabalho foi exibida no *Jornal da EPTV 1ª edição* no dia 16 de abril de 2013 e encontra-se disponível em <http://globo.com/eptv-sp/jornal-da-eptv-1a-edicao-sao-carlosararaquara/t/veja-tambem/v/saiba-como-entrar-no-mercado-de-trabalho-com-outro-idioma/2519931/>, acesso em 22 de julho de 2013.

<sup>4</sup> Esta e outras informações sobre o programa *Ciência Sem Fronteiras* podem ser encontradas em seu site oficial: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>, consulta em 22 de julho de 2013.

### Cena 3: discurso do Ministro da Educação, Aloízio Mercadante

No dia 5 de dezembro de 2012, o atual Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, proferiu um breve discurso quando da assinatura de um acordo com o *British Council* que previa o oferecimento de cursos virtuais de inglês aos estudantes de universidades federais que desejam se inscrever no programa Ciência Sem Fronteiras – esta foi umas das medidas às que nos referimos acima, tomadas pelo MEC em caráter de urgência, com o objetivo de enfrentar a questão da falta de proficiência em línguas estrangeiras dos estudantes universitários candidatos ao programa.

Interessou-nos particularmente o seguinte fragmento da fala do ministro:

**Nós temos, evidentemente, um grande desafio** pela frente que é **a proficiência em línguas**. O que que a gente verifica no cadastro do Ciência Sem Fronteiras: que o mérito é inegociável. Condição para o aluno acessar o Ciência Sem Fronteiras, em primeiro lugar, e é condição inegociável, ele precisa ter mais de 600 pontos no ENEM. Felizmente, **muitos jovens pobres**, de cidades distantes dos grandes centros urbanos, têm tido um desempenho excelente e, portanto, estão habilitados para participar do Ciência Sem Fronteira. Mas **eles carregam uma deficiência na formação da língua** da área ou do país em que eles têm interesse em participar. **Então, nós estamos fazendo um esforço muito grande nessa direção**. Fizemos um seminário, 5ª e 6ª feira da semana passada, com todas as universidades federais que têm departamentos de línguas para poder ampliar o acesso para todo esse público elegível para o Ciência Sem Fronteiras. Além disso, nós vamos ofertar cursos a distância interativos, que ajudam também na preparação desses jovens<sup>5</sup>. (Grifos nossos)

Chamam a atenção os fragmentos sublinhados, que parecem indicar que a “deficiência” que trazem os “jovens pobres” se vincula ao ensino de língua estrangeira na escola pública.

---

<sup>5</sup> O discurso na íntegra do ministro Aloízio Mercadante se encontra disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17752:estudantes-de-baixa-renda-farao-exame-de-proficiencia-em-ingles&catid=225:sistemas&Itemid=230](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17752:estudantes-de-baixa-renda-farao-exame-de-proficiencia-em-ingles&catid=225:sistemas&Itemid=230), consulta em 22 de julho de 2013.

**Para continuar a discussão**

Os dados da pesquisa que realizamos confirmam os que apontava Grigoletto em trabalho publicado em 2003: “Para eles [alunos pesquisados], esse conceito de língua estrangeira parece estar presente nos cursos de língua em institutos especializados, no mercado de trabalho, no exterior, mas não na escola” (p. 233).

Neste sentido, os enunciados das três cenas que apresentamos neste trabalho – o do ministro Mercadante, o da secretária de relações internacionais de uma IFES e os de ingressantes da Licenciatura em Letras Português/Espanhol da UFSCar – se constituem em fragmentos que emergem na discursividade desses sujeitos como evidências dessa imagem que circula há algumas décadas na sociedade brasileira, segundo a qual a língua estrangeira que “se aprende” não é a ensinada “na escola”.

Souza (2005) falava na existência de uma “disjunção” entre o “inglês da escola” e o “inglês de cursos livres”. Os dados que nossa pesquisa revelam, por sua vez, apontam para uma extensão dessa disjunção, pois, tal como afirmamos em Rodrigues (2012), parece haver uma trilha que vem conduzindo para a alteração nesse conceito, que já não se restringe mais ao inglês e sim pode ser ampliado para “língua estrangeira da escola” e “língua estrangeira de cursos livres”.

Se, por um lado, podemos e devemos aceitar essa disjunção como desejável – considerando que os objetivos da aprendizagem de línguas na escola não se podem confundir com os dos cursos livres –, por outro lado, parece que a atual política de internacionalização das universidades, na qual o governo brasileiro tem investido, cobra dos alunos universitários determinados conhecimentos de língua estrangeira que excedem os objetivos escolares hoje colocados nos documentos oficiais (os *Parâmetros Curriculares* e as *Orientações Curriculares*).

Ao se dar conta dessa contradição, o governo federal deu início a uma série de ações que tentam promover o aprendizado de línguas estrangeiras – notadamente o inglês – entre os estudantes das universidades brasileiras, como os acordos para a disponibilização de cursos *online* e o incentivo à criação de núcleos

de ensino de inglês nas universidades federais. Estes movimentos, no entanto, por estarem voltados ao aprendizado de línguas exclusivamente no nível universitário, são incapazes de alterar essa rotina de “fracasso” no ensino de língua inglesa – ou de línguas estrangeiras – nas escolas do país.

Por isso, acreditamos que nos encontramos num momento em que é imprescindível refletir sobre o verdadeiro papel do ensino de línguas estrangeiras na escola brasileira e sobre os objetivos que esse ensino deve alcançar. Essa revisão conceitual deverá ter consequências significativas não apenas sobre a disciplina de língua estrangeira no Ensino Básico, mas também e talvez sobretudo sobre os cursos de formação de professores de línguas estrangeiras.

De modo muito particular, pensamos que, caso esta revisão não seja realizada, nós, pesquisadores e professores da área de língua espanhola, poderemos nos encontrar, muito brevemente, na mesma posição e reproduzindo os mesmos discursos que há muitos anos ouvimos de pesquisadores e professores da área de língua inglesa: estaremos admitindo o “fracasso” do ensino de espanhol na escola, preconizando que as línguas estrangeiras sejam ensinadas em institutos de línguas e reclamando do fato de que nossos alunos universitários estudaram espanhol “só na escola”.

## Referências

BRASIL (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação.

FANJUL, A. P. (2010). São Paulo: o pior de todos. Quem ganha e o que se perde com a (não) introdução do espanhol na escola pública paulista. In: CELADA, M. T., FANJUL, A. P. & NOTHSTEIN, S. *Lenguas en un espacio de integración. Acontecimientos, acciones, representaciones*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 185-204.

GRIGOLETTO, M. (2003). Representação, identidade e aprendizagem de língua estrangeira. In: CORACINI, M. J. *Identidade e Discurso*. Campinas/Chapecó: Ed. Unicamp/Argos, p. 223-235.

SOUZA, S. A. F. (2005). *O movimento dos sentidos sobre as línguas estrangeiras no Brasil: discurso, história e educação*. Campinas: IEL/UNICAMP. Tese de doutorado.

RODRIGUES, F. S. C. (2012). *Língua viva, letra morta. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

RODRIGUES, F. S. C. & YOKOTA, R. (2013). A formação do professor de espanhol no interior paulista: expectativas de ingressantes e realidades de egressos da Licenciatura em Letras da UFSCar. No prelo.

## ANEXO

Modelo de questionário respondido pelos alunos ingressantes da Licenciatura em Letras – Português/Espanhol do ano 2013 da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

<b>UFSCAR – CECH – DL – Área de língua espanhola e suas literaturas</b>				
<b>Ficha de identificação</b>				
1) Nome: _____				
E-mail: _____				
2) Idade: _____		3) Cidade onde mora(va): _____		
4) Estudou em estabelecimento: ( ) Público ( ) Particular				
Obs: _____				
5) Profissão: _____				
6) Prestou outros vestibulares? Para outros cursos? Quais? _____				
7) Você estudou espanhol antes de ingressar no curso de licenciatura em Letras – Português / Espanhol da UFSCar? Onde e durante quanto tempo? Avalie seu desempenho.				
Lê:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Escreve:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Fala:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Entende:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
8) Você estudou outra(s) língua(s) estrangeira(s)? Qual(is)? _____				
9) Durante quanto tempo? _____				
10) Você concluiu o(s) curso(s)?				
( ) sim				
( ) não , porque _____				
11) Como você avalia seu desempenho nessa(s) língua(s)?				
Idioma: _____				
Lê:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Escreve:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Fala:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Entende:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Idioma: _____				
Lê:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Escreve:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Fala:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
Entende:	( ) mal	( ) regular	( ) bem	( ) otimamente
12) Qual o motivo de ter vindo fazer um curso de licenciatura em espanhol?				
_____				
13) Atualmente, qual é o seu contato com a língua espanhola?				

<input type="checkbox"/> nenhum contato	<input type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> namorado(a)
<input type="checkbox"/> somente na aula	<input type="checkbox"/> TV	<input type="checkbox"/> viagens
<input type="checkbox"/> trabalho	<input type="checkbox"/> música	<input type="checkbox"/> leitura de _____
<input type="checkbox"/> amigos	<input type="checkbox"/> Internet	<input type="checkbox"/> filmes
Outros: _____		
14) Qual a imagem que você tem do espanhol atualmente?		
_____		
15) Em qual destas atividades você se sente melhor? (numerar de 0 a 3)		
(0) não gosto    (1) indiferente    (2) gosto    (3) gosto muito		
<input type="checkbox"/> leitura silenciosa	<input type="checkbox"/> compreensão auditiva	<input type="checkbox"/> expressão oral
<input type="checkbox"/> leitura em voz alta	<input type="checkbox"/> atividade com canções	<input type="checkbox"/> tradução
<input type="checkbox"/> exercícios de gramática	<input type="checkbox"/> atividades em grupos	<input type="checkbox"/> redação
<input type="checkbox"/> jogos	<input type="checkbox"/> uso de dicionário	<input type="checkbox"/> pesquisa
Outras: _____		
16) O que você acha que é importante para aprender uma língua?		
_____		
17) Quais são suas expectativas quanto ao curso? Você pretende ser professor de espanhol?		
_____		